

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Associação e associados. Um olhar a partir da razão prática dos bananicultores de Luminosa (Brasil).

Carlos Eduardo Procópio y Gabriela Martins.

Cita:

Carlos Eduardo Procópio y Gabriela Martins (2009). *Associação e associados. Um olhar a partir da razão prática dos bananicultores de Luminosa (Brasil)*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/531>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Associação e associados

**Um olhar a partir da razão
prática dos bananicultores
de Luminosa (Brasil)**

Carlos Eduardo Procópio

PPGCSO/UFJF

procopiocso@yahoo.com.br

Gabriela Martins

PPGCSO/UFJF

gabrielapmartins_@hotmail.com

Introdução

O distrito de Luminosa pertencente ao município sul-mineiro de Brazópolis, fazendo divisa com a região do Vale do Paraíba (Estado de São Paulo). A base de sustentação da vida local é o cultivo da banana, que é realizado em pequenas propriedades em um relevo montanhoso da Serra da Mantiqueira. O tipo de banana mais comum é o prata, comercializado com intermediários de centrais de abastecimento agrícola do Estado de São Paulo e de Minas Gerais. Os agricultores recebem apoio técnico especializado da EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais), e respaldo da ABAL (Associação de Bananicultores de Luminosa) no campo logístico (transporte e embalo do produto) e no processo de negociação da banana com os intermediários das referidas centrais.

A EMATER é uma empresa pública destinada a dar suporte técnico à atividade rural, realizando consultorias e sugerindo procedimentos científicos para o melhoramento da produtividade de lavouras diversas. A presença da EMATER nos municípios depende do estabelecimento de um contrato do poder público local e regional com esta, cujo objetivo é oferecer assessoramento qualificado para as questões da atividade agrícola de uma forma geral. Nesse sentido a EMATER se constitui como um órgão público que se interessa ao mesmo tempo em planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para o aumento da produção/produtividade agrícolas e melhorar as condições de vida no meio rural, através da implementação de projetos advindos, geralmente, das instâncias político-administrativas local e regional, mas que também podem vir da *intelligentsia* da empresa.

A ABAL é a instância criada pelos próprios bananicultores visando dar um caráter mais organizado para a venda da banana. Ela é gerida por um corpo de diretores que é responsável pelas negociações e gestão financeira da associação. Seu local de funcionamento é na vila do próprio distrito, num galpão cedido pela prefeitura do município, onde a banana é trazida em uma caminhonete da associação, lavada em um composto e embalada antes de ser transportada nos caminhões dos atravessadores comerciais para as centrais. A ABAL tem vida política, econômica e cultural autônoma, apesar de estar correlacionada historicamente com a prefeitura, desde a sua formação até os dias de hoje, o que faz com que ela, em certa medida, tenha que se submeter a algumas iniciativas desta. Além disso, sua diretoria, heterogênea, possui interesses diversos, o que faz da ABAL uma arena de debates de idéias e projetos. Soma-se a essa questão uma terceira, a do mercado, a medida em que os preços variam, seja de acordo com as demandas seja de acordo com as condições que os intermediários estabelecem em relação ao preço relacionado a situações várias (estradas, pedágios, impostos, etc.).

Os bananicultores na prática

Essa rede de relações supracitado possui algumas complicações, e são essas complicações que permitirão pensar a idéia de desenvolvimento entre os bananicultores de Luminosa. É preciso ter em mente que a banana não é só o meio de subsistência dos agricultores e de suas famílias, mas é também um marco do desenvolvimento do distrito. E entender isso significa requerer uma percepção das práticas e lógicas particulares dos bananicultores, expresso em suas falas, como por exemplo, “existe uma Luminosa antes e uma Luminosa depois da banana”, ou ainda explicá-los

através de exemplos verificados por nós a partir do contato com eles, os quais demonstraram uma grande preocupação em obtenção de lucro “fácil”. Querem plantar e vender banana, utilizando as práticas mais viáveis e os mecanismos mais viáveis, que devem, antes de tudo, serem práticas e mecanismos sólidos que não tragam prejuízo imediato.

Essa dinâmica explica tanto uma parte do preconceito que se tem com esses bananicultores, taxados de atrasados, quanto a não penetração de projetos diversos voltados para uma idéia de desenvolvimento sócio-econômico local. Esses agricultores são estigmatizados de serem receosos a implantação de projetos voltados para o “desenvolvimento local”. Como se verá nos parágrafos seguintes, propostas voltadas para a diversificação da produção e acesso ao mercado global encontram pouca inserção entre os bananicultores. Entretanto, se se ficar atento para o que estão fazendo quando recusam tais projetos, descobre-se conhecimentos políticos e econômicos bem particulares e que podem ajudar a compreender o cotidiano deles e até mesmo pensar numa idéia acerca do desenvolvimento local, que acreditamos estar deslocada das simples relações endógena-exógena e/ou vertical-horizontal, relações estas que devem ser pensadas a partir de redes simétricas.

Um das tentativas de dinamização da produção da banana entre os agricultores de Luminosa foi uma iniciativa pessoal de um único produtor para obtenção do selo da banana orgânica. Este produtor associado recorreu a ABAL para organizar um grupo de pessoas, para poder obter o selo de certificação da banana orgânica. A discussão sobre a produção de banana orgânica foi levada ao conhecimento dos demais produtores através de reunião promovida pela ABAL. Apenas 10 associados entre os 86 levaram essa idéia para frente. Uma das razões para a não adesão estava ligada ao fato de que para a obtenção do certificado o terreno do produtor tinha que estar livre de qualquer possibilidade de contaminação do solo por produtos químicos. Devido à geografia acidentada do distrito, é difícil a não contaminação do terreno, já que existem muitas pequenas propriedades situadas entre outras pequenas propriedades que aplicam produtos químicos em sua plantação, e com a chuva, que por sinal é muito freqüente na época do verão, se espalha a contaminação do produto químico aplicado no bananal do vizinho. Ao que tudo indica, o fato deste primeiro produtor ter tido a iniciativa de procurar a ABAL para angariar outros produtores é que esse produtor não teria condições de emplacar sozinho a iniciativa, por razões de burocracia (legislação, selo de qualidade, etc.) e, sobretudo, de produção (já que não teria condições de penetrar em algum mercado devido a sua produção incipiente). O cultivo da banana-orgânica depende de um amplo sistema produtivo, que envolveria mercados, a ABAL e os bananicultores,

que teriam que ficar responsáveis em produzir a quantidade de banana necessária para a viabilização dos negócios. Entretanto, e apesar da banana-orgânica ter mercado, preço e instâncias interessadas em canalizar a atividade, muitos agricultores também não estavam dispostos a encarar a empreitada. A razão poderia estar no custo, mas os ganhos, a longo prazo, compensariam o investimento coletivo. Então, por que não centrar a produção na banana-orgânica? Porque os bananicultores desejam o menor trabalho possível e o retorno rápido. O cultivo da banana demanda alguns poucos cuidados em comparação com outros produtos agrícolas (limpeza do terreno, adubação e detetização) e no máximo querem saber de tipos híbridos de plantas que melhor se adequam à região e que resistam a intempéries climáticas e fungiológicas.

Outro processo de dinamização possibilitado a partir da bananicultura em prol da comunidade pode ser evidenciado através do oferecimento de vários cursos – artesanais e técnico informativos – para toda a comunidade de Luminosa. Esses cursos, com finalidades diversas, foram promovidos em parceria da ABAL, que disponibilizou o espaço físico para o desenvolvimento das atividades, com outras instâncias públicas ou privada, prestando os seus serviços. Um exemplo foi o curso de artesanato com fibras naturais a base de banana que foi oferecido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) que é uma entidade privada vinculada à FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais). O curso de fibra de banana foi disponibilizado para toda a comunidade, de modo que são poucos os bananicultores que se mostraram disponíveis para frequentar o curso, uma vez que o seu tempo é ocupado com os afazeres única e exclusivamente do cultivo da banana. Mas alguns dos familiares desses bananicultores, suas esposas por exemplo, frequentaram o curso. De acordo com relatos, apenas uma pessoa de Luminosa continuou fabricando artesanato com fibra de banana.

O uso da fibra de banana ainda encontra pouca penetração entre os bananicultores daquela comunidade, certamente devido a falta de horizontes político-econômicos para emplacar a atividade. Por que estes projetos, de sucesso reconhecido em outras localidades do Brasil, não conseguem lograr êxito entre os bananicultores de Luminosa? A hipótese é que a teoria econômica deles é utilitária, no sentido econômico do termo, e que projetos pouco articulados são logo descartados a medida em que não conseguem vislumbrar viabilidade prática e rápida.

Uma questão ainda mais controversa diz respeito ao acesso ao mercado da banana. A venda deste produto, mediada pela direção da ABAL, depende de intermediários das centrais agrícolas (os atravessadores, como dizem). Isso faz com que o preço que recebem pela banana ser bem inferior

ao que é pago nas centrais (em torno de 50% mais barato). É lógico que no preço que recebem há descontos com transporte e taxas diversas. Eles sabem disso, tanto quanto sabem que neste valor é colocado também o lucro do atravessador. Da mesma forma que há atravessadores, há também a possibilidade deles poderem vender a banana diretamente para as centrais, e não fazem justamente por conta do trabalho que teriam que despender, além de ficarem reféns diretos do mercado e de suas variações. Os atravessadores asseguram um preço razoável pela banana, dando-lhes uma relativa segurança em relação ao destino da lavoura. Competir diretamente no mercado, para eles, é ter que lidar com riscos diversos e com lógicas que não querem participar.

A mesma reflexão cabe quando houve um interesse por parte de um empresário em exportar a banana de Luminosa e pagá-la em euro. Os bananicultores não aceitaram a proposta, porque envolvia riscos como o de cumprir metas de produção e regras de cultivo, além de ficarem reféns do mercado externo, que poderia ora estar comprando a banana, ora a recusando, dependendo de necessidades e fatores diversos como qualidade, quantidade, entre outras.

Nesse sentido, ao que tudo indica, a política-econômica desses bananicultores é sistematicamente complexa, não só demonstrando um valor imediatista em termos de retorno financeiro da lavoura, mas também demonstrando um conhecimento prático de algumas regras do mercado capitalista e que não estão interessados em entrar num jogo com regras já prontas, pelos menos não sozinhos. Além do mais, essa dimensão político-econômica explica porque projetos que trazem consigo a insígnia “desenvolvimento local” não conseguem obter um grau de exitoso. É tendo em mente esse processo que concordamos em pensar a idéia de desenvolvimento, fugindo, entretanto, de alguns chavões que tentaram explicá-lo.

Desenvolvimento local: debates

Atualmente, os modelos mais aceitos para se pensar projetos de desenvolvimento local ressaltam a particularidade do local. Algumas destas perspectivas ressaltam o desenvolvimento endógeno, que é contrastado com a idéia de desenvolvimento exógeno. Ao mesmo tempo, outras perspectivas enfatizam o desenvolvimento pensado a partir de redes verticais/horizontais. Esses modos de pensar o desenvolvimento local, que aqui serão brevemente discutidos, apesar de contribuírem com excelentes reflexões para o âmbito do desenvolvimento, não conseguem explicar a realidade dos bananicultores na qual estamos nos referindo e ao modo como o desenvolvimento deve ser pensado no cotidiano deles. Os atores que pretendem o desenvolvimento precisam reconhecer de

forma satisfatória as lógicas locais para atuarem ali enquanto mediadores e isso certamente não poderá ser realizado na passividade, mas isso é assunto para o tópico final deste paper.

Carlos Milani aponta que o “desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa [sendo] considerado como um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais [...] que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, s/d, p. 2). Pensar o desenvolvimento desse modo é umas das consequências de uma crítica, surgida nos anos de 1990, feita ao universalismo na qual a idéia de desenvolvimento estava articulada. Para Milani, nesse momento é “desafiada a imposição à realidades tão diversas (mormente nos países menos desenvolvidos) de normas e técnicas uniformes e universalizantes definidas sobretudo nas grandes capitais dos países ocidentais; fracass[ando] os esforços teóricos para legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões sociais e culturais” (Ibid., p. 9). Nesse momento é que passa-se a colocar “em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos locais, [onde] todos reconhecem a evidência de que cada contexto tem a sua necessidade própria e demanda, assim, respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local” (Ibid., p. 12).

É nesse ínterim que o local e o global passam a ser articulados diretamente, sobretudo em termos de desenvolvimento endógeno. Essa idéia é atravessa, ao que nos parece, pela articulação entre o desenvolvimento no local com o desenvolvimento para o local, que, mediados pela compreensão das comunidades, possibilitaria ações afirmativas para uma agenda de desenvolvimento. Essa idéia, de acordo com Vicente Ávila, “se funda e alimenta também em contínuo processo de formação, especificamente para essa finalidade, nos âmbitos tanto de cada comunidade-localidade [...] quanto das instâncias públicas, privadas, governamentais, etc., das alçadas locais, regionais, nacionais e internacionais” (ÁVILA, 2006, p. 138). Entretanto, na prática isto pode trazer alguns problemas. O próprio Ávila aponta que estas relações podem levar, por um lado, à “perpetuação da dependência comunitária ao assistencialismo desenvolvimentistas externo” e, por outro, ao “abafamento ou anulação das potencialidades e peculiaridades próprias, a partir das quais cada comunidade-localidade pode e deve reagir em busca de seus rumos e processos de desenvolvimento” (Ibid., p. 139). Carlos Mior, apontando as críticas a esse tipo de abordagem, afirma que é o descompasso entre interesses locais e extra-locais que faz do desenvolvimento endógeno um problema, a medida em que a integração entre interesses diversos não consegue ser realizada, polarizando os interesses (MIOR, 2005, p. 8-13).

Em contraposição àquelas abordagens endógenas, Mior sugere pensar o processo de desenvolvimento a partir da teoria das redes. Para ele, “o foco nas redes integra o estudo das formas econômicas com análise dos processos sociais e assim consegue superar de forma bastante útil a preocupação do desenvolvimento endógeno/exógeno” (Ibid., p. 14). Nesse sentido as redes seriam adequadas “tanto para a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação” (Idem.). Para Mior, existiriam tanto as redes verticais quanto as redes horizontais, sendo que “o termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento [e] o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas” (Ibid, p. 15).

Contudo, acreditamos que esse procedimento, mesmo que amplie a compreensão do cotidiano das comunidades/localidades, não dá conta de pensar as relações que são estabelecidas tanto localmente quanto globalmente pelos agentes, uma vez que não dão prioridade para os processos de mediação. Quando se trata de pensar desenvolvimento, é necessário traçar as redes de forma simétrica e levar em conta o lugar que podem ter as mediações no processo de articulação das agendas voltadas para o desenvolvimento, na medida em que qualquer idéia de desenvolvimento possui lógicas próprias e respaldo nas relações cotidianas. Nesse sentido pretendemos pensar o desenvolvimento a partir de um duplo conhecimento, o das comunidades/localidades com suas lógicas particulares, e o nosso, enquanto interessados em construir uma agenda para o desenvolvimento. Acreditamos que esse duplo reconhecimento permitirá estabelecer as esferas de mediação pelas quais os interesses podem ser interconectados.

Redes Simétricas: um caminho para se pensar o desenvolvimento na prática

As redes simétricas são aquelas que levam em conta a equidade nas relações, pensando os atores envolvidos como capazes de reinterpretar ao seu modo todos os acontecimentos que os rodeiam, mas ao mesmo tempo também capazes de contagiar outras redes nas quais se está conectado. Pensar em redes simétricas não significa pensar em atores ou redes de forma independente, mas antes, pensá-los como compostos em séries heterogêneas de elementos (LATOUR, 1994). Tais redes são rizomas, no sentido deleusiano, que nos permitiriam pensar conexões atravessadas e sem arbitrariedades, fazendo das redes uma realidade que não permite recortes que escapem a sua

composição mesma. Carmem Guizze aponta que “uma rede é um mapa e não um decalque, quer dizer, a rede de atores é aberta, heterogênea de modo que a princípio é possível estabelecer todo e qualquer tipo de conexão, sem que seja uma necessidade de direito à redundância de elementos-chave” (GUIZZE, s/d, p. 7).

Completa essa idéia de rede a idéia de mediação, que corresponde à capacidade de todos os agentes/atores envolvidos nas redes relacionadas em interpretar o que acontece a partir das referências que possui e/ou passa a possuir. Bruno Latour, ao sugerir isso, quer demonstrar que tudo pode ser mediado, ao mesmo tempo em que todos os agentes/atores podem ser transformados em mediadores (LATOUR, 1994).

É com esta idéia de mediação que sugerimos pensar o desenvolvimento local, a medida em que explicamos as redes e compreendemos o que elas colocam em jogo. No cotidiano dos Bananicultores de Luminosa, as redes que emergem são aquelas nas quais fizemos referências: os bananicultores, a ABAL, a EMATER, o poder público local, o mercado. Todos fazem mediações e todos portam conhecimentos específicos sobre a vida local e sobre o que desejam que ela seja. Esses conhecimentos e desejos são atravessados nas redes e podem encontrar penetração ou obstrução em cada uma delas. Nesse sentido, como pensar um projeto de “desenvolvimento”?

Nessas redes existem idéias particulares sobre “desenvolvimento” e nenhuma delas deve ser taxada como errada e/ou pior, o que complexificaria as relações entre elas, pois colocam em rede as noções de errado e certo, relativas e com conotações diversas em cada contexto. Se algum coletivo pretende colocar em prática seus conceitos de “desenvolvimento”, deve antes de tudo reconhecer essa dinâmica de redes e colocar papel decisivo nas mediações, que serão responsáveis em fazer as traduções necessárias e que não desregule a condição igualitária sob a qual as próprias redes desejam ser pensadas.

O que sugerimos para o caso de Luminosa é uma atividade mais interessada do poder público, da ABAL e da EMATER em relação à lógica dos bananicultores. Se estes querem “plantar e vender banana, utilizando as práticas mais viáveis e os mecanismos mais viáveis, mas que devem, antes de tudo, serem práticas e realizada através de mecanismos sólidos que não tragam prejuízo imediato”, cabe àquelas instâncias – poder público, ABAL, EMATER - agirem no sentido de dar-lhes melhores condições para isso, através de subsídios sólidos e reserva de mercado, por exemplo, potencializando o econômico do local.

Bibliografia

- MILANI, Carlos. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. s/d.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local. *Revista Interações*, v.8, n.13, 2006, pp. 133-140.
- MIOR, Luiz Carlos. Desenvolvimento local: a contribuição da teoria das redes. *I colóquio sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural*. Porto Alegre: 2005.
- LATOUR, Bruno. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- GUIZZE, Carmen. Artigo bibliográfico sobre Jamais fomos modernos. s/d
www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/jamaisfomosmodernos.pdf